

ANEXO III
MEMÓRIA DESCRITIVA

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
VERIFICAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS
PARA OS ANOS 2015, 2016 E 2017**

MUNICÍPIO DE POMBAL
PROCESSO n.º 49/AJD/SA/15



Leiria, 13 de julho de 2015

Índice

1. Apresentação	3
2. Objeto do contrato	4
3. Duração do contrato	4
4. Local de execução	4
5. Metodologia	5
6. Relatórios	7
7. Cronograma	7
8. Equipa de trabalho	8
9. Preço e condições de pagamento	9
10. Validade da proposta	9

1. Apresentação

LCA – *Leal, Carreira & Associados SROC* possui escritórios em Leiria e Coimbra:

Leiria (Sede)

Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque, 56-2º

2 400-193 Leiria

Tel. 244 816 090

Fax. 244 816 099

E-mail: geral@lca-sroc.pt

Coimbra

Rua Augusto Marques Bom, 21

3030-218 Coimbra

Tel. 239 708650

Fax. 239 708659

E-mail: coimbra@lca-sroc.pt

A sociedade tem o nº de pessoa coletiva 502 237 953 e está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 65.

Foi constituída em 1989, tendo 4 sócios, revisores oficiais de contas.

Para além dos sócios tem ao seu serviço mais 2 revisores oficiais de contas e 8 colaboradores licenciados nas áreas da contabilidade/auditoria/gestão.

A atividade que desenvolve centra-se nos campos da auditoria/revisão legal de contas, fusões, cisões e aquisições de empresas, avaliação de empresas e consultoria fiscal e de gestão.

A sua carteira de clientes inclui cerca de duas centenas de empresas, municípios, centros de investigação, estabelecimentos de ensino, cooperativas e associações sem fins lucrativos.

2. Objeto do contrato

Prestação de serviços de revisão legal de contas individuais e consolidadas do Município de Pombal para os anos de 2015, 2016 e 2017, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 03/09 (n.º 3 do Artigo 76.º).

3. Duração do contrato

Nos termos da cláusula 4.ª do caderno de encargos, a prestação de serviços terá início após nomeação do auditor externo por deliberação do órgão deliberativo, com a verificação do 1.º semestre de 2015 e termina a 30 de junho de 2018 com a verificação das contas consolidadas do ano de 2017.

4. Local de execução

De acordo com a cláusula 3.ª do caderno de encargos, os serviços objeto do contrato serão prestados nas instalações do Município de Pombal, no Concelho de Pombal. Face à natureza dos trabalhos a realizar, também serão desenvolvidos procedimentos nos escritórios da sede da LCA, SROC, situados em Leiria.

5. Metodologia

Os trabalhos a desenvolver decorrem das incumbências atribuídas ao auditor externo previstas no n.º 2, do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, no âmbito da revisão legal das contas, e que constam na cláusula 12.1. do caderno de encargos:

- a) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- b) Participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município;
- c) Proceder à verificação dos valores patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- d) Remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira;
- e) Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados individuais e consolidados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal.

Para além das competências supra mencionadas relativas ao auditor externo, a prestação de serviços envolverá também o apoio, sempre que solicitado pelo Município em questões da especialidade do auditor externo, nomeadamente, no apoio técnico e contabilístico que vier a ser necessário aquando da implementação do novo regime contabilístico das autarquias locais adaptado ao sistema de normalização contabilística (SNC), tal como consta da cláusula 12.2. do caderno de encargos.

A execução da prestação de serviços envolverá uma equipa de três técnicos, orientada e supervisionada pelo n/ sócio Dr. José Carreira, ROC n.º 614.

A preparação dos documentos de prestação de contas é da responsabilidade do Executivo municipal, o qual também é responsável pela manutenção de registos contabilísticos apropriados, pela adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e pela implementação e manutenção de um sistema de controlo interno.

Os procedimentos de auditoria serão realizados com observância das normas técnicas e as diretrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

O processo conducente à emissão da certificação legal das contas envolve a validação de um conjunto de asserções contidas nas demonstrações financeiras – nomeadamente a existência, plenitude, exatidão e valorização – com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. A sistematização deste processo pode assim ser elencada:

Planeamento e conceção da abordagem,

- Compromisso com o cliente
- Planeamento inicial
- Conhecimento suficiente da entidade e das atividades desenvolvidas
- Avaliação de riscos e sua perceção pelo órgão de gestão
- Procedimentos analíticos preliminares (rácios, tendências)
- Definição de materialidade e avaliação do risco de auditoria
- Conhecimento dos sistemas contabilístico e de controlo interno

Execução de procedimentos para obtenção de prova de auditoria,

- Testes aos controlos nas áreas chave que possam ter maior incidência ao nível da prestação de informação financeira fidedigna;
- Procedimentos analíticos e testes de detalhes a saldos e transações.

A natureza, extensão e profundidade destes procedimentos resulta da avaliação de riscos e das circunstâncias específicas da entidade.

Finalização e elaboração de relatórios,

- Análise de contingências e eventos subsequentes
- Acumulação de prova documental suficiente
- Avaliação global das conclusões sobre as asserções contidas nas demonstrações financeiras
- Relatórios de auditoria

6. Relatórios

Como corolário do exercício das nossas funções, serão emitidos os seguintes relatórios:

- ✓ Certificação Legal de Contas e Parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício (individuais e consolidadas), nomeadamente, sobre os mapas de execução orçamental, o balanço, a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei ou determinados pela assembleia municipal;
- ✓ Informação semestral sobre a situação económica e financeira do Município;
- ✓ Relatório de conclusões e recomendações de auditoria (semestral e anual).

7. Cronograma

	Exercício de 2015			
	3T2015	4T2015	1T2016	2T2016
Planeamento de auditoria				
Procedimentos de verificação 1º Semestre				
Emissão de Parecer Semestral				
Confirmação externa de saldos				
Procedimentos de verificação final				
Emissão de CLC e Parecer - Contas Individuais				
Procedimentos de verificação das contas consolidadas				
Emisãõ de CLC e Parecer - Contas Consolidadas				
Acompanhamento da atividade e dos registos contabilísticos				

	Exercício de 2016					
	1T2016	2T2016	3T2016	4T2016	1T2017	2T2017
Planeamento de auditoria						
Procedimentos de verificação 1º Semestre						
Emissão de Parecer Semestral						
Confirmação externa de saldos						
Procedimentos de verificação final						
Emissão de CLC e Parecer - Contas Individuais						
Procedimentos de verificação das contas consolidadas						
Emisãõ de CLC e Parecer - Contas Consolidadas						
Acompanhamento da atividade e dos registos contabilísticos						

	Exercício de 2017					
	1T2017	2T2017	3T2017	4T2017	1T2018	2T2018
Planeamento de auditoria						
Procedimentos de verificação 1º Semestre						
Emissão de Parecer Semestral						
Confirmação externa de saldos						
Procedimentos de verificação final						
Emissão de CLC e Parecer - Contas Individuais						
Procedimentos de verificação das contas consolidadas						
Emissão de CLC e Parecer - Contas Consolidadas						
Acompanhamento da atividade e dos registos contabilísticos						

8. Equipa de trabalho

Os nossos serviços serão assegurados por três quadros qualificados, que em comum partilham uma experiência acumulada, desde o primeiro ano da sujeição legal - 2007, na auditoria a Municípios:

- ✓ Sócio responsável: José Carreira (inscrição na OROC n.º 614)
- ✓ Supervisor: Paulo Braz (inscrição na OROC n.º 1238)
- ✓ Assistente de Auditoria: Cristiana Moura

Dos quais se destaca como síntese curricular:

José Carreira

É Revisor Oficial de Contas desde 1989, tendo 25 anos de experiência enquanto ROC. É diplomado em Contabilidade pelo ISCAC, licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e pós graduado em Direito das Empresas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Acumula a atividade de auditoria e consultoria com o exercício de funções docentes enquanto professor das áreas de contabilidade e gestão do Instituto Politécnico de Leiria. Foi professor do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra e quadro superior da Administração Pública.

Paulo Braz

É Revisor Oficial de Contas desde 2006, tendo 8 anos de experiência enquanto ROC. É licenciado e mestre em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Acumula a atividade com o exercício de funções docentes enquanto professor das áreas de contabilidade e gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

Cristiana Moura

É licenciada em Gestão pelo Instituto Politécnico de Leiria. Exerce funções na LCA desde 2007 (8 anos de experiência) com especial incidência em trabalhos de revisão/ auditoria em câmaras municipais e entidades sem fins lucrativos

9. Preço e condições de pagamento

O valor global do contrato é de € 23.700,00 (vinte e três mil e setecentos euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, a faturar em 6 prestações semestrais de € 3.950,00 (três mil novecentos e cinquenta euros) mais IVA, com início após a nomeação do auditor externo e termo em 30/06/2018. O pagamento deve ser efetuado no prazo de 30 dias da receção das respetivas faturas, conforme cláusula 6.ª do caderno de encargos.

10. Validade da proposta

A presente proposta é válida pelo período de 60 dias a contar do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Na expectativa de que esta proposta mereça a V/ aprovação, ficamos ao dispor para todos os esclarecimentos que considerem necessários e subscrevemo-nos,

Com os melhores cumprimentos,

José Carreira